



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

21, 22 e 23 de fevereiro de 2015

Notícias do Dia
Carlos Damião
"Inclusão"

Inclusão / Instituto Vilson Groh / Cursinho Pré-vestibular / Udesc / Enem

Inclusão

O Instituto Vilson Groh está com inscrições abertas – de hoje até sexta-feira – para o cursinho pré-vestibular gratuito que será oferecido entre 23 de março a 10 de julho (para Udesc e Enem). No segundo semestre haverá a opção de semiextensivo para as demais universidades. Os candidatos devem ser obrigatoriamente oriundos do ensino público ou bolsistas com cota acima de 50% em escola particular. Podem ainda ser membros ativos de um dos projetos desenvolvidos pelas sete organizações que compõe a rede IVG.

Diário Catarinense
Visor
"Pano pra manga"

Duplicação / Antônio Edu Vieira / Prefeitura de Florianópolis / Obras / Desapropriados / Imóveis

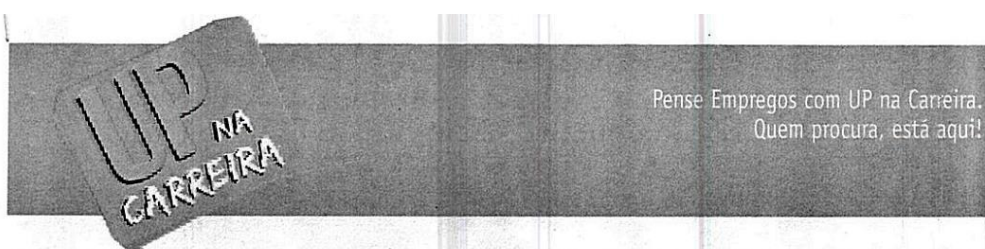
**PANO PRA
MANGA**

Os proprietários dos terrenos que serão desapropriados para a duplicação da Antônio Edu Vieira estão cuspidos marimbondos contra a prefeitura de Florianópolis. Isso porque, apesar dos avanços na liberação do financiamento junto à Caixa para a obra, as negociações sobre as indenizações seguem completamente paralisadas. O problema é que ninguém pode fazer eventuais melhorias nos imóveis enquanto esta pendenga perdurar.

A Notícia Classificados

"Etapas para o parque natural"

Ranking / INEP / Santa Catarina / Escolas públicas e privadas / Associação Educacional Luterana Bom Jesus / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / INEP / Escola de Ensino Básico Feliciano Nunes Pires / Florianópolis / Escola de Ensino Básico Professor Germano Tim / Joinville / Adelir Stolf / Exame Nacional do Ensino Médio / Todos Pela Educação / TPE / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Índice Geral de Cursos / IGC /



Escolas Catarinenses não aparecem entre as melhores

Ranking com as 100 melhores instituições do país, segundo dados do INEP, não mostra unidades de Santa Catarina

O ano de 2015 começa com desafio para escolas públicas e privadas de Santa Catarina. O levantamento com as melhores instituições do país deixa de fora as unidades do estado. Investimentos em infra-estrutura e pessoal são apontados como saída para melhorar índice.



A primeira representante catarinense na lista das melhores escolas no Enem ocupa a 224ª posição.

A primeira representante catarinense na lista das melhores escolas no Enem é a Associação Educacional Luterana Bom Jesus, que ocupa a 224ª posição. Os dados divulgados recentemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) são resultado das provas aplicadas no ano de 2013 e compilados com a média das avaliações objetivas. Na mesma listagem as instituições públicas apresentam resultado ainda pior. A melhor colocada do estado é a Escola de Ensino Básico Feliciano Nunes Pires, que fica em Florianópolis, na posição 2498. A Escola de Ensino Básico Professor Germano Tim, em Joinville, é a segunda escola pública do estado nessa conta, porém com uma colocação bastante inferior, sendo a 4724ª colocada.

Para os especialistas é necessário reconhecimento ao trabalho dos professores e também investimentos em infra-estrutura. "As estruturas de ensino pararam no século passado. Num momento que se diz que a inovação e a tecnologia estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas o processo de ensino e aprendizagem, na maioria dos casos, está ainda nos seus primórdios.

Para a reversão deste quadro inicialmente deve-se compreender esse novo momento e atualizar nossas práticas educacionais", explica o professor e mestre em educação Adelir Stolf.



Levando em consideração as 100 escolas mais bem colocadas pelos dados do INEP a região sul do país ficou com o segundo pior desempenho, na frente apenas da região norte.

De acordo com ele, as dificuldades na rotina de ensino desmotivam alunos e profissionais. "Do lado dos alunos, as aulas de carteiras enfileiradas e a condição de simples decorador de temas, num mundo onde a informação está a uma tecla de computador, torna maçante a aprendizagem. Em contrapartida os profissionais estão sem perspectivas de carreira, com remuneração inadequada e sem condições de formação continuada", conta.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é realizado anualmente desde 2008. As provas, aplicadas aos estudantes que concluem o ensino médio, têm como meta avaliar a qualidade da educação no Brasil, além de conduzir as melhorias no sistema. Mudanças que, de acordo com quem trabalha na área, são urgentes. "Está claro que as diretrizes do ENEM cobram uma educação com capacidade de análise crítica de resolução de problemas, contudo o cotidiano educacional ainda insiste na retórica de passador de conteúdo sem conexão com a realidade do aluno.

A educação deve ser repensada a partir da realidade e do cotidiano da comunidade acadêmica, incorporando projetos que transcendam as disciplinas acondicionadas como se fossem mercadorias em suas caixinhas. O aluno deve ser instigado a buscar o conhecimento através de práticas educacionais que os motive a serem sujeitos do ensino aprendizagem e não somente espectador", afirma Stolf. Levando em consideração as 100 escolas mais bem colocadas pelos dados do INEP a região sul do país ficou com o segundo pior desempenho, na frente apenas da região norte. O sudeste conquistou o primeiro lugar. Entre os maiores desafios a serem superados na busca pela qualidade do ensino brasileiro estão os desempenhos em matemática e português. Os dados do movimento Todos Pela Educação (TPE), mostram que apenas 10,8% dos municípios brasileiros atingiram as metas de aprendizagem esperadas na disciplina de matemática. Já com relação à Língua Portuguesa, esse índice é maior, 30%, porém ainda distante do ideal. A dificuldade em assimilar o conteúdo dessas duas disciplinas acaba dificultando todo o processo de conhecimento, pois elas são a base das demais áreas do ensino.

No ensino superior Santa Catarina também precisa buscar mais expressividade. Novamente a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi a única representante do estado entre as instituições com o índice máximo no Índice Geral de Cursos (IGC). O último levantamento, divulgado em 2014, mostra que das 64 instituições participantes, 18 tiveram melhora no desempenho. No entanto, apenas a UFSC conseguiu o conceito máximo. Os testes são aplicados aos estudantes no primeiro e último ano de cada curso.

Notícias do Dia - Memória

"Um conjunto em ruínas"

Patrimônio / Sul da Ilha / Tapera da Barra do Sul / Ribeirão da Ilha / Florianópolis / Rodovia Baldicero Filomeno / Desterro / Fazenda do Coronel / Antônio José da Costa / Thomaz Francisco da Costa / Açores / Domingos José da Costa / Isaías dos Santos Correia / Ibama / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / Pedro Becker Lorega / Inventário de Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e a História dos Africanos Escravizados no Brasil / Laboratório de História Oral e Imagem / UFF / Universidade Federal Fluminense / Brasil / Santa Catarina / Coroa portuguesa / Casa da Câmara e Cadeia / Hospital de Caridade / Lages / Planalto Serrano / Irmão Joaquim do Livramento / Marselha / França / Ariana Moreira Espíndola / Curso de História / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Domingos e Domingas: escravidão e liberdade na freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha / João dos Santos Correia / João Boaventura dos Santos / Franklin Cascaes / Luiza Tomás Correia / São Domingos / Enseada de Brito / Palhoça / Folclore / Paulo Lopes

Patrimônio. No Sul da ilha, fazenda guarda vestígios do século 18

PAULO CLÓVIS SCHMITZ
pc@noticiasodia.com.br
@pc_ND

Quem segue o caminho da Tapera da Barra do Sul, depois da vila do Ribeirão da Ilha, a 34 quilômetros do Centro de Florianópolis, se surpreende com uma casa de fachada portuguesa colada à rodovia Baldicero Filomeno, ainda bela – apesar do abandono –, mas não imagina que na contiguidade do terreno, e atrás de um bambuzal que funciona como cerca, se escondem restos de antigos engenhos, alambique, cisterna, olaria, açude, capela, atafona e outras benfeitorias em ruínas. E nem suspeita que houve ali, a partir da segunda metade do século 18, uma verdadeira linha de produção de itens comercializados no porto do Desterro, que depois eram exportados para mercados consumidores do Brasil e dos países vizinhos, como farinha de mandioca, açúcar e madeiras nobres – estas, retiradas da mata nativa, sem qualquer restrição, até a década de 1980.

Chamada de Fazenda do Coronel, por ter pertencido ao capitão de tropas e negociante Antônio José da Costa – filho do sargento-mor Thomaz Francisco da Costa, vindo dos Açores em 1748 – e ao major Domingos José da Costa, a propriedade também empregou escravos e chegou a abrigar senzala e um pequeno porto do qual ainda restam vestígios junto ao mar, no outro lado da rodovia.

O último morador do casarão (de nº 17.169) foi Isaías dos Santos Correia, que se desfez da propriedade há cerca de três décadas porque o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) proibiu a derrubada de árvores na região. Após ser comprado por um cidadão chamado Pedro Becker Lorega e revendido a um argentino que não conhecia as restrições ao uso comercial da área, placas denunciam que o terreno de 585 mil metros quadrados está novamente à venda – enquanto a casa se deteriora a olhos vistos.

Trata-se, possivelmente, do maior conjunto arquitetônico em ruínas da Ilha, cuja relevância pode ser medida pelo fato de constar do "Inventário de Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e a História dos Africanos Escravizados no Brasil", publicado em 2013 pelo Laboratório de História Oral e Imagem da UFF (Universidade Federal Fluminense). Identificada no estudo como Fazenda da Tapera da Barra do Sul, a propriedade está na lista dos 25 lugares mais importantes do país relacionados ao trabalho e ao cotidiano dos escravos, pela concentração de indivíduos negros num processo produtivo voltado para a exportação durante os períodos da Colônia e do Império no Brasil.



Gerações: Isaias Correia (à esq.); o filho João dos Santos Correia e o neto Anderson João Correia na propriedade à venda

Pioneiros em três gerações

Não há registros precisos sobre a data da construção da casa e das benfeitorias, mas é certo que o sargento Thomaz Francisco da Costa esteve na leva dos açorianos trazidos para a Ilha de Santa Catarina na imigração estimulada pela coroa portuguesa, entre 1748 e 1756. Militar e construtor, ele foi responsável pela edificação da Casa da Câmara e Cadeia (hoje em restauração para abrigar o Museu da Cidade), do Hospital de Caridade e outros monumentos.

O filho dele, coronel Antônio José da Costa, ampliou o complexo produtivo e supõe-se que foi o primeiro não índio a chegar a Lages, no Planalto Serrano, após embrenhar-se pela mata, acompanhado de alguns soldados e escravos. Outro filho do pioneiro Thomaz da Costa foi o personagem conhecido como Irmão Joaquim, nome ligado a muitas fundações de caridade no Brasil. Impedido pelo pai de seguir a vida religiosa, ele teve adotado o hábito, assumindo o nome de Irmão Joaquim do Livramento e praticado a caridade até morrer em Marselha (França), aos 86 anos, em 1829.

Riqueza no Ribeirão baseada na mão de obra escrava

O último membro da linhagem dos pioneiros a administrar a fazenda da Tapera da Barra do Sul foi o major Domingos José da Costa, nascido entre os anos de 1776 e 1779. Ele era "proprietário de uma grande unidade produtiva composta de engenhos de farinha, de açúcar e de café, alambiques, ranchos de canoa, olaria, senzala, capela, cemitério, porto e, possivelmente, um estaleiro onde se construíam e conservavam embarcações de pequeno porte", de acordo com a acadêmica Ariana Moreira Espíndola, no trabalho de conclusão do curso de História da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) apresentado em 2013 sob o título "Domingos e Domingas: escravidão e liberdade na freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha (1830-1880)".

Domingos da Costa ajudou a transformar o Ribeirão da Ilha numa das áreas fornecedoras de produtos que permitiram a inserção de Santa Catarina no mercado de abastecimento do Centro-Sul do Brasil no século 19. Ele chegou a ter 25 escravos e, em 1856, ano de sua morte, era um dos sete homens considerados ricos no Ribeirão, segundo o estudo de Ariana Espíndola.



• Leia na segunda-feira a proposta de tombamento da área e as peças deixadas pelos escravos

Abandono sem extração da madeira

Aos 84 anos, Isaias dos Santos Correia é um homem de bem com a vida que sai de manhã da Tapera da Barra do Sul, trabalha como terceirizado no Centro Administrativo, e às 15h está em casa. Ele e sua família foram os últimos moradores da Fazenda do Coronel, de onde saíram nos anos de 1980 porque a serraria a quem forneciam a madeira retirada da Mata Atlântica foi desativada. Entrou em vigor a lei que proibia a derrubada de árvores na região – e só com o plantio de mandioca, milho e feijão não havia como Zizi, como é conhecido, sustentar a mulher e cinco filhos.

"Entrei em depressão, fui parar no hospital mesmo sem ter doença e quando me recuperei vendi a propriedade, porque não ia conseguir nem pagar os impostos", conta Isaias. Seu pai, João dos Santos Correia, o Joca, ainda pegou uma fase bem produtiva, assim como o avô João Boaventura dos Santos. Ele também cita o tio Dorico da Costa e sua mulher Nicota, proprietários de uma parte da área, já vendida pelos filhos. Além das benfeitorias usadas na época dos escravos, o terreno de 2 mil metros de fundo tinha um sobrado do qual só restou uma coluna.

A casa, erguida sobre uma antiga igreja, está fechada, mas seu Zizi conta que tinha um salão de festas, uma segunda sala, varanda e a cozinha dos escravos. A parte que dá para a rodovia tem cinco janelas – o número de aberturas dava conta do poderio do proprietário, na tradição herdada dos colonizadores. Os muros da senzala, feitos de pedra e massa com óleo de baleia, estão parcialmente intactos, mas outras edificações já ruíram e tendem, como um engenho no terreno, a desabar por falta de conservação.

Casa inspirou Franklin Cascaes

João Isaias Correia, filho de Zizi, diz que a propriedade tinha uma comporta movida a água para acionar os engenhos e aponta para os resquícios de uma estrutura usada para chumbar (moer) café, produto que ia para o porto de Laguna. "Meus filhos ainda chegaram a colher café com as mãos aqui no morro", diz Zizi. No outro lado da estrada restaram pedras de um muro construído para conter a água do mar, além das fundações de um trapiche e de um rancho de canoas. Do porto só sobraram pedras que avançam para o mar da baía. "Muitas pedras foram carregadas para construir casas", informa João Isaias.

Outro fato que a família salienta é que o pesquisador e folclorista Franklin Cascaes foi hóspede da velha casa e lá produziu desenhos da edificação e do espólio do trapiche original. A mulher de Zizi, Luiza Tomás Correia, fala de abóboras colhidas na propriedade e trazidas nas costas até em casa. E conta que a imagem de São Domingos, o padroeiro local, foi parar na igreja da Enseada do Brito, em Palhoça, mas que "resistiu" à mudança de ares. "O santo se virava de costas, porque não queria ir embora", ela garante.

Gaitinhas e potes de ouro

Isaias dos Santos Correia relata que da mata virgem eram tiradas canelas e perobas, madeiras usadas na construção das casas de seus filhos. Na época de sua juventude, trabalhava-se muito e o restante do tempo era para o descanso. "A diversão eram os bailes tocados com umas gaitinhas velhas", brinca ele. "Os caminhos eram de carros de boi, a iluminação era a querosene, não havia geladeira e a carne secava ao sol. O ponto de ônibus ficava na Costeira do Ribeirão. Muitas famílias plantavam em terra alheia e davam um terço para o dono. Para nós, não foi um tempo ruim, pois a terra era nossa".

O folclore local também dá conta da existência de ouro enterrado na propriedade. "No quintal ainda tem um buraco cavado por pessoas que pensavam em encontrar tesouros", conta dona Luiza, nascida em Paulo Lopes e que conheceu Zizi quando veio para a Ilha cuidar de um parente doente. "Alguns estranhos encontraram um caldeirão com moedas de libra esterlina, ouro e prata", revela o filho João Isaias Correia. "Antigamente não existiam bancos e o pessoal tinha que achar um jeito de guardar o dinheiro".

Área. Fazenda do Coronel está à venda com quase 600 mil metros quadrados

Notícias do Dia - Memória

“Para preservar a velha fazenda”

Tombamento / Fazenda do Coronel / Rodovia Baldicero Filomeno / Tapera da Barra do Sul / Florianópolis / Dário Berger / Sara Regina Poyares dos Reis / Oswaldo Rodrigues Cabral / Ministério Público Federal em Santa Catarina / Eduardo Barragan / MPF / Iphan / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Thomaz Francisco da Costa / Antônio José da Costa / Açores / Domingos José da Costa / NEA / Núcleo de Estudos Açorianos / Nuer / Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas / Universidade Federal de Santa Catarina / Ibama / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / Prefeitura de Florianópolis / Patrimônio / IPTU / Imposto Predial e Territorial Urbano / Santa Catarina / Ribeirão da Ilha / Ecomuseu / Nereu do Vale Pereira / João dos Santos Correia / Irmão Joaquim / Presépio Açorita / A Casa da Câmara e Cadeia da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro – Sua história / Desterro / Hospital de Caridade

Para preservar a velh

Tombamento. Procurador quer garantir proteção ao imóvel

PAULO CLÓVIS SCHMITZ
pc@noticiasdodia.com.br
pc_ND

O tombamento da Fazenda do Coronel, localizada no número 17.169 da rodovia Baldicero Filomeno, na Tapera da Barra do Sul (tema de reportagem publicada na edição do ND deste final de semana), foi pedido ao ex-prefeito de Florianópolis, Dário Berger pela professora aposentada e pesquisadora Sara Regina Poyares dos Reis, sobrinha do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral. Sem ser atendida, ela encaminhou solicitação de providências ao Ministério Público Federal em Santa Catarina, que promete cobrar do poder público medidas para assegurar a integridade do imóvel que abriga uma casa de fachada portuguesa e ruínas de antigos engenhos, alambiques, açude, olaria, senzala, ranchos de canoa, porto, capela e cemitério, numa área de 585 mil metros quadrados que ocupa os dois lados da estrada.

Por telefone, o procurador da República Eduardo Barragan diz que o inquérito civil (nº 1.33.000.001802/2014-44) ainda não foi judicializado, mas adianta que o MPF pretende “pedir a proteção do que honver de relevância cultural e natural no imóvel”. No momento, ele aguarda respostas oficiais a

demandas encaminhadas a autoridades municipais e federais. Entre os órgãos consultados está o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a quem foram solicitadas informações sobre sítios arqueológicos e arquitetônicos e a presença pretérita de escravos na fazenda que pertenceu ao sargento-mor Thomaz Francisco da Costa, vindo dos Açores em 1748, ao negociante Antônio José da Costa, seu filho, e ao major Domingos José da Costa, seu neto, que morreu em 1856.

Documentos também foram enviados ao NEA (Núcleo de Estudos Açorianos) e ao Nuer (Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas), ambos vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina, para levantar dados sobre a presença de imigrantes vindos dos Açores e de escravos na produção de farinha de mandioca, açúcar e café e na retirada de madeira da propriedade – atividades que perduraram, em maior ou menor grau, até a década de 1980. Serão ouvidos, ainda, órgãos municipais ligados às áreas ambiental e de planejamento urbano, além do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Uma cópia do inquérito civil já foi protocolada na prefeitura de Florianópolis.



Terreno. Antiga fazenda ostenta hoje placas avisando que o terreno está à venda

Imóvel privado com função social

O procurador Eduardo Barragan diz que o diagnóstico da área, necessário para definir os procedimentos a serem seguidos, inclui o acompanhamento e a assessoria por técnicos do próprio Ministério Público Federal. “A visão vai contemplar também o entorno da fazenda”, avisa ele, ressaltando que a fase atual, de caráter preliminar e investigativo, tem uma tramitação lenta. “O MPF defende os interesses da sociedade civil e deve garantir a proteção daquilo que tem relevância”, justifica. O fato de ser uma propriedade particular precisa igualmente ser levada em conta.

“Trata-se de um bem particular e deve-se considerar o direito de propriedade”, reforça Barragan. “De acordo com a legislação, o proprietário pode exercer o direito de venda ou transferência do imóvel, mas precisa ter cautela,

acompanhar o processo e exigir do poder público a recuperação do patrimônio caso não tenha condições financeiras de responder por isso. Por outro lado, também há restrições ao direito de propriedade, pois a função social do imóvel é de interesse público. O tombamento é um exemplo de que o direito do proprietário não é absoluto”.

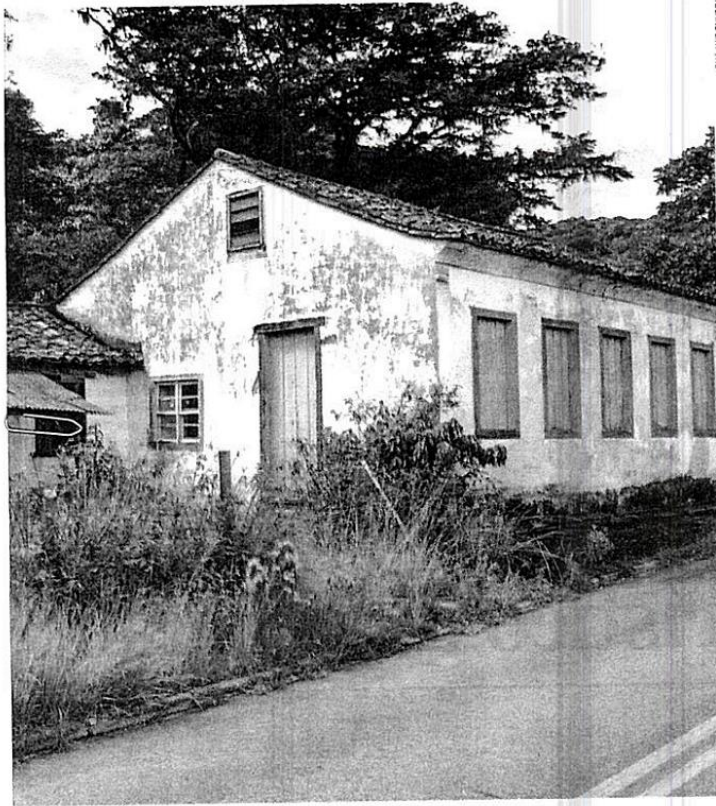
Como ocorre na maioria dos casos desse tipo, se houver o tombamento dificilmente o poder público assumirá a tarefa de restaurar o patrimônio nele instalado – a alegação recorrente é de que não há verba para tal. A lei diz que a manutenção cabe ao proprietário, que teria compensações como isenção ou desconto de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), mas ele pode requerer a participação do município. Do Estado ou da União caso prove não ser capaz de fazer tudo sozinho.

Viabilidade para construir

A reportagem não conseguiu falar com a pessoa que representa o atual proprietário da área – um cidadão argentino, segundo os últimos ocupantes da fazenda desativada. De qualquer forma, há pelo menos três placas de “vende-se” nos limites da propriedade – com números de telefone, dados sobre o tamanho da gleba e a informação de que ela tem viabilidade para ser transformada em loteamento – argumento forte para quem pretende negociar o terreno. Contudo, também de acordo com os moradores próximos, o primeiro comprador, chamado Pedro Becker Lorega, quis implantar ali um parque aquático e não obteve as licenças necessárias junto aos órgãos públicos.



a fazenda



OSWALDO RODRIGUES

Oratório com inspiração escrava

Pelo menos duas peças de alto valor artístico e simbólico para a cultura da Ilha de Santa Catarina saíram da propriedade do clã Costa, que depois passou para a família Correia, na localidade de Tapera da Barra do Sul. Uma delas é o presépio que faz parte do acervo do Ecomuseu do Ribeirão da Ilha, adquirido em 1971 pelo pesquisador e historiador Nereu do Vale Pereira junto a João dos Santos Correia, o Joca, o penúltimo ocupante da casa centenária que durante os séculos 18 e 19 foi sede de um complexo produtivo baseado em mão de obra escrava na região.

A outra peça é um oratório do tempo do major Domingos José da Costa, neto do sargento-mor Thomaz Francisco da Costa e filho do capitão de tropas e negociante Antônio José da Costa, comprado do mesmo Joca pelo historiador Oswaldo Rodrigues Cabral e que está nas mãos de sua sobrinha, a professora Sara Regina Poyares dos Reis. Com a família de Isaias dos Santos Correia, 84 anos, filho de Joca, ainda está um crucifixo sem data, que poderia ter pertencido aos pioneiros moradores da Fazenda era conhecida. A coincidência é que as duas raridades – o presépio e o oratório – podem ter sido confeccionadas por escravos.

Vale Pereira destaca que o presépio, montado na década de 1830, tem os elementos comuns a esse tipo de peça, com as figuras tradicionais da tradição cristã, mesclados com divindades do candomblé. Ao lado de São Jorge, por exemplo, aparecem o Pai Negro, filhas e mães de santo. "A manjedoura tem um contorno todo bordado com flores e montadas com conchinhas e caramujos marinhos", descreve ele.

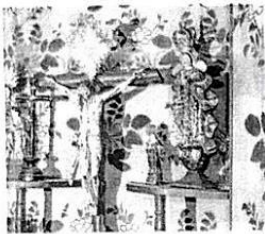
Materiais recolhidos na natureza

O relato feito por seu Joca, que morreu pouco tempo depois de entregar o presépio a Nereu do Vale Pereira, reforça a ideia de que ele foi confeccionado por uma escrava do major Domingos José da Costa. Uma carta escrita em 1818 por Joaquim Francisco da Costa, o irmão Joaquim, também fazia referência à peça pertencente ao major, seu sobrinho. Na descrição do historiador do Ribeirão, a autora adotou a concepção artística da época, "porém, ao longo dos anos, outras peças e figuras foram anexadas e, basicamente, recorreu-se aos materiais disponíveis, uns já prontos, outros colhidos na natureza e outros artisticamente confeccionados com produtos diversos, com destaque para os do mar".

A similaridade com presépios que Vale Pereira conheceu nos Açores fez com que ele o batizasse de "Presépio Açoriano". A peça tem detalhes impressionante. Há casas e capelas em profusão, pessoas nas portas e janelas olhando a gruta onde o Menino está deitado, o céu desenhado de anjos, flores feitas com escamas de peixe e asas de besouro simulando a Estrela de Belém.



Veja mais sobre o assunto em ndonline.com.br



Detalhes. Peças de valor artístico inestimável foram produzidas provavelmente por escravos da fazenda

Açoriano ergueu prédios

A versão de Sara Regina dos Reis para a aquisição do oratório dá conta de que ela conseguiu convencer uma senhora chamada dona Cotinha, que se dizia bisneta de Thomaz Francisco da Costa, a vendê-lo – transação facilitada porque o filho mais velho da senhorinha havia sido cabo eleitoral do então candidato Oswaldo Rodrigues Cabral, tio da historiadora. "A peça foi restaurada em São Paulo, por um profissional reconhecido, que tirou os pregos colocados por dona Cotinha para afixar seus santinhos", conta Sara Regina. A historiadora é autora do livro "A Casa da Câmara e Cadeira da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro – Sua história", que fala do prédio da praça 15 de Novembro que vem sendo restaurado para abrigar o futuro Museu da Cidade. O sargento-mor Thomaz Francisco da Costa possivelmente já era construtor na ilha do Faial, nos Açores, de onde migrou para o Desterro com a primeira leva dos colonos que vieram para povoar a região. Além de realizar as plantas do prédio da Casa da Câmara e Cadeira, Costa foi um dos fundadores da Irmandade do Senhor dos Passos. Assumiu a condição de mestre de obras da casa de saúde que vinha a ser o Hospital de Caridade. Para tanto, trouxera dinheiro do próprio bolso e usou esmolas obtidas pelo filho Joaquim Francisco do Livramento, o irmão Joaquim, nas freguesias da ilha.

Diário Catarinense
Cacau Menezes
"Bate-papo"

Angela Amin / Tese / Avaliação da maturidade da gestão do conhecimento na administração pública / Departamento de Engenharia do Conhecimento / UFSC / Henrique Stodieck / Beto Stodieck



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Unisul aprova sete projetos na FAPESC em 2014](#)

[Anunciados novos diretores da FAPESC para segunda gestão do presidente Gargioni](#)

[Divulgada terceira chamada de calouros remanejados da UFSC](#)

[MEC mantém Alagoas como o pior ensino do País](#)

[Atenção Alterações nos horários do transporte coletivo.](#)

[Impulso na qualidade da Educação em Jaraguá do Sul](#)

[Princípio da dignidade humana não permite usucapião de bem público](#)

Não passei no ENEM e vestibular, o que eu faço agora?

Em 16 Estados, gasto federal com ensino médio é menor que mínimo indicado